

# Miguel Cardina: “A guerra foi um capítulo violento, mas a violência está inscrita no passado colonial”

**P** [publico.pt/2021/04/30/politica/noticia/miguel-cardina-guerra-capitulo-violento-violencia-inscrita-passado-colonial-1960754](https://publico.pt/2021/04/30/politica/noticia/miguel-cardina-guerra-capitulo-violento-violencia-inscrita-passado-colonial-1960754)

Helena Pereira

O historiador sugere que um museu do colonialismo poderia ser um “espaço de reflexão” sobre estes “passados difíceis”.



Foto

"Não existe um monumento às vítimas que a guerra [colonial] fez", diz Miguel Cardina Sérgio Azenha

## Como viu o discurso do Presidente da República do 25 de Abril?

Foi um discurso inédito. E algo ambíguo. Isso explica a quase unanimidade com que foi recebido. A verdade é que, para além dos “glorificadores” e “flagelantes”, o Presidente da República também falou da violência, do racismo e da escravatura. Da necessidade de entender que, para muitos portugueses, a experiência colonial foi uma experiência subjectiva. Da importância de olhar o passado com “olhos que não são os nossos”, mas os dos colonizados e seus descendentes. Julgo produtivo ver o discurso, não tanto como um repto à História, mas como um repto ao Estado. Sendo consequente, ao discurso do 25 de Abril só se poderia seguir uma questão: o que fazer para lidar melhor com o passado colonial e a guerra?

## Que resposta deve ser dada aos reptos que lançou?

O Presidente da República não tem poder executivo, mas se quiser pode influenciar uma agenda de políticas públicas da memória. Primeiro ponto. É importante intensificar o diálogo com as antigas colónias, para que se tenha um olhar mais abrangente sobre este passado comum. Poderia criar-se, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, uma linha de financiamento para projectos, abertos a parcerias com universidades africanas. Ou então fazê-lo através da própria CPLP.

Depois, é necessário melhorar a acessibilidade aos arquivos. [O historiador] Manuel Loff falou da necessidade de desclassificar alguma documentação. Há também documentação consultável, mas não acessível. Seria importante uma rede de arquivos online integrando

arquivos de Portugal e dos PALOP. Era um passo decisivo para a investigação sobre o passado colonial, sobretudo para quem está a milhares de quilómetros dos arquivos.



Foto  
Sérgio Azenha

Por fim, Portugal não tem um museu sobre o colonialismo, que poderia ser um espaço de reflexão sobre estes passados difíceis. A proposta de construir um “Museu das Descobertas” vinca as velhas formas que o Estado Novo consolidou em torno das Descobertas e da singularidade portuguesa. Estas leituras do passado são anacrónicas e estão distantes do conhecimento produzido sobre estes temas. E são eurocêntricas: é só imaginar o que sentiria um angolano ou um moçambicano ao dizerem-lhe que os seus antepassados tinham sido “descobertos”.

Voltando à guerra: Portugal está hoje povoado de monumentos aos “heróis e combatentes do Ultramar”. Mas não existe um monumento às vítimas que a guerra fez. Às vítimas civis e militares, de ambos os lados. Nem temos marcas de reconhecimento de quem recusou fazer a guerra ou daqueles cujo combate anticolonial é parte da nossa história democrática.

### **As instituições portuguesas já alguma vez se retrataram pela violência colonial ou não o deviam fazer?**

Nada ou quase nada. Esse deveria ser outro passo. Estamos longe de 2008, quando Cavaco Silva vai a Moçambique e, questionado sobre Wiriamu, responde que é preciso olhar para o futuro, não para o passado. Em 2018, Marcelo vai a São Tomé e evoca o massacre de Batepá. Mas há ainda um longo caminho a percorrer. A guerra foi um capítulo violento da história, mas a violência – física e simbólica – é mais vasta. Está inscrita no projecto colonial. Não se trata de “autoflagelações” [expressão usada no discurso de Marcelo Rebelo de Sousa], mas de saber como traduzir essa história no nosso presente.

### **O que acha da iniciativa francesa de promover uma “Comissão Memória e Verdade” para analisar a sua história com a Argélia?**

Estes processos não podem ser copiados a papel químico, mas o Estado português terá de se defrontar com isso. Há hoje uma inquietação cívica com as heranças do passado colonial que não vai desaparecer. Daí ser necessário passar das palavras aos actos.

